



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, que *transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências*.

RELATOR: Senador ADELMIR SANTANA

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que transforma o Rio Araguaia em “Rio Parque” com os seguintes objetivos:

- a preservação da calha principal e de seu curso natural;
- a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural;
- a preservação e o uso sustentável da biodiversidade que se desenvolve ao longo de seu curso; e
- a promoção do desenvolvimento do potencial turístico.

Como meio para assegurar o alcance desses grandes objetivos, a Proposição veda a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta, derrocamento nos pedrais e corredeiras, e o alargamento de canais que alterem o curso natural ou a calha principal do Rio Araguaia.

Para a elaboração do planejamento de uso sustentável da calha principal do Rio Araguaia seria constituído um grupo de trabalho com representantes de diversos órgãos e entidades federais ligadas às questões de meio ambiente, pesca e população indígena e representantes dos governos



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

estaduais de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins, e da sociedade civil organizada.

A Autora do PLS 232, de 2007, justifica a Proposição com base em comparações com os gastos necessários à recuperação de Rios como o Tiête e o Tâmis, daí concluindo com a defesa de ações de natureza preventiva. Também há argumentos com a comparação das vantagens da Ferrovia Norte – Sul em relação a uma eventual hidrovía no Rio Araguaia e há números comparativos quanto ao potencial hidráulico deste Rio em relação ao da Barragem Xingó, no Rio São Francisco.

Além da justificação mais abrangente, a Autora da Proposição concentra na importância do setor turismo a razão de sua iniciativa legislativa.

A Proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão analisar o mérito do PLS nº 232, de 2007, quanto ao alcance regional de sua proposta e ao impacto no setor turismo.

A calha principal do Rio Araguaia é o principal elemento da configuração regional de grande parte do Centro-Oeste, deixando de fora de sua área de influência apenas o Estado do Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. No entanto, agrega o Pará e o Tocantins ao equacionamento de uma questão decisiva para toda a parte central do País: a promoção de oportunidades de lazer, de descompressão social e de turismo onde faltam os atrativos da faixa litorânea e onde não há grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

É exatamente sob esse enfoque que o PLS nº 232, de 2007, se torna uma iniciativa altamente meritória, pois está estabelecendo as bases para a proteção dessa valiosa oportunidade de turismo na região central do Brasil, que são as praias do Rio Araguaia, a pesca amadora e a convivência com a natureza em seu estado intocado pela intervenção econômica.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

A preservação das condições naturais de sua calha principal constitui o cerne da Proposição, pois a atração dos milhares de turistas que, anualmente, ocupam suas praias é o resultado do impacto sobre as pessoas da beleza de suas margens, do aspecto intocado de suas matas, lagoas e ilhas, e da riqueza de sua biodiversidade.

Tendo em vista essa apreciação favorável do mérito do PLS nº 232, de 2007, quanto ao desenvolvimento regional e do turismo, cabe ressaltar a necessidade de pequenos aperfeiçoamentos de redação para sanar problemas de menor importância, derivados de falhas na digitação do texto legal ou quanto à técnica legislativa.

Também com o objetivo de promover seu aperfeiçoamento, cabe eliminar da Proposição o art. 5º por tratar-se de invasão da competência do Poder Executivo para organizar e desenvolver suas atividades. Na mesma linha, torna-se conveniente a eliminação dos arts. 6º, 7º e 8º.

Por último, cabe incluir dispositivo para compatibilizar a Proposição com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à expansão de despesas de natureza continuada.

Em síntese, concordo quanto à relevância da iniciativa da Senadora Kátia Abreu e apresento um Substitutivo para promover alguns ajustes que, ressaltado, não alteram a essência e o mérito da Proposição.

III – VOTO

Pelo exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, na forma do seguinte Substitutivo:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

EMENDA Nº – CDR (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2007

Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A calha principal do Rio Araguaia, desde sua nascente na serra do Caiapó até sua confluência com o Rio Tocantins, passa a ser considerado Rio Parque.

Parágrafo único. Fica denominado Rio Parque Araguaia a calha principal do Rio Araguaia.

Art. 2º A transformação da calha principal do Rio Araguaia em Rio Parque tem como principais objetivos:

- I – preservar a calha principal e o curso natural do Rio Araguaia;
- II – assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural;
- III – garantir a preservação e uso sustentável da expressiva biodiversidade que desenvolve ao longo de seu curso e seu patrimônio genético;
- IV – assegurar e promover o desenvolvimento da potencialidade turística.

Art. 3º Fica proibida a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta ou derrocamento nos pedrais e trechos de corredeiras ou alargamento de canais que altere o curso natural ou a calha principal do Rio Araguaia.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

Parágrafo único. Esta Lei não exclui outras proibições relacionadas a qualquer categoria de unidade de conservação, de reserva indígena e outras que abranjam trechos do Rio Araguaia.

Art. 4º Qualquer atividade que envolva a exploração de recursos minerais na calha principal do Rio Araguaia estará sujeita ao prévio licenciamento ambiental.

Art. 5º No caso de infração ao que é previsto no *caput* do artigo 3º desta Lei ou em seu regulamento fica o infrator sujeito às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para interrupção de projetos;

II - embargo provisório para avaliação do impacto de obra ou empreendimento ao curso natural ou à calha do Rio Araguaia;

III - embargo definitivo de obra ou empreendimento quando se constatar impacto ou possibilidade de impacto ao curso natural ou à calha do Rio Araguaia;

IV - destruição ou desativação de obra ou empreendimento e limpeza de qualquer resíduo ou lixo proveniente da destruição ou desativação da obra ou empreendimento;

V – multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) além da reparação ou compensação por qualquer dano à calha do Rio Araguaia oriundo do descumprimento ao que é previsto no *caput* do artigo 4º desta Lei ou no regulamento;

VI – suspensão de direitos pelo descumprimento ao que é previsto no *caput* do artigo 4º desta Lei ou no regulamento.

Art. 6º O regulamento disporá sobre o mecanismo de controle e gestão adequada da exploração dos recursos pesqueiros na calha principal do Rio Araguaia, afluentes e lagoas adjacentes, podendo, inclusive, estabelecer restrições e proibições.

Art. 7º A União e os Estados e Municípios que integram a bacia do Rio Araguaia incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 8º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ADELMIR SANTANA

estimaré o aumento de despesa decorrente desta Lei e o impacto orçamentário-financeiro nos futuros exercícios fiscais.

Parágrafo único. O aumento de despesa decorrente desta Lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias e o órgão encarregado da Política Nacional de Desenvolvimento Regional incluirá a despesa resultante no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro subsequente àquele em que for implementado o disposto no parágrafo único do art. 8.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator